

# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1398680 - PB (2018/0299956-7)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE : MUNICIPIO DE VIEIROPOLIS**  
**PROCURADOR : PAULO ÍTALO DE OLIVEIRA VILAR - PB014233**  
**PROCURADOR LUCI GOMES DE SENA - PB012725**  
**AGRAVADO : LUIZ SEVERINO DA SILVA**  
**AGRAVADO : FRANCISCO VICENTE DA SILVA**  
**AGRAVADO : GERCINO LEANDRO**  
**AGRAVADO : FRANCISCO LUCIO DA SILVA FILHO**  
**AGRAVADO : JUCELIO JACINTO DA SILVA**  
**AGRAVADO : VICENTE CAMILO DA SILVA**  
**AGRAVADO : MILTON DIONISIO RAMALHO**  
**AGRAVADO : ISAB ANACLETO SOBRINHO**  
**AGRAVADO : JOAQUIM ALEXANDRE DO NASCIMENTO**  
**AGRAVADO : CARLOS ROBERTO DA SILVA MELO**  
**ADVOGADO : CLÁUDIO ROBERTO LOPES DINIZ - PB008023**

### EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. EXISTÊNCIA. ATO ILÍCITO. CONFIGURAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INVERSÃO. ENTENDIMENTO. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRADO DESPROVIDO.

**1.** O Tribunal de Justiça, ao concluir pela culpa do recorrente pelo acidente, realizou minuciosa análise dos elementos de fato coligidos aos autos, examinando expressa e individualmente o teor das provas documentais e os relatos produzidos pelas testemunhas na instrução do feito. Por esta ótica, vale frisar que a revisão do acórdão para que seja afastada a responsabilidade civil do agravante pelo acidente causado, ou mesmo concluir pela reciprocidade de culpas, não dependeria de mera valoração de provas, mas, sim, de verdadeiro reexame do conjunto fático-probatório, pretensão que encontra óbice na Súmula n. 7 do STJ.

**2.** O valor fixado a título de indenização por danos morais pelas instâncias ordinárias, nos termos da jurisprudência deste Tribunal, pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de proporcionalidade e de razoabilidade, os quais não se evidenciam no presente caso, de modo que a sua revisão também encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

**3.** Agravo interno desprovido.

### ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

